

**Jovens como esperança na transformação:
a campanha *Juventude Participa!* em Campina Grande (PB 2009-2011)**

José dos Santos Costa Júnior (UFRGS) ¹
Roger Camacho Barrero Júnior (UFRGS) ²

Resumo

O texto analisa a campanha *Juventude Participa!* realizada pelo Centro de Ação Cultural (CENTRAC) na cidade de Campina Grande, na Paraíba, por meio de um corpus documental composto por imagens, relatórios institucionais e boletins informativos. Busca-se analisar o discurso sobre a participação política de jovens, descrevendo os significados atribuídos para conceitos como juventude, participação e cidadania, considerando as condições históricas que tornaram possível esse projeto, articulado a uma série de discursos sobre políticas públicas de juventude. Consideramos questões como a pluralidade (étnica, de gênero, posição socioeconômica, nível de instrução, etc.) dessas pessoas; participação dos jovens em outros espaços após ou durante a realização do projeto e a apropriação, em nível local, das discussões apontadas pela Política Nacional de Juventude (PNJ).

Palavras-chave: Juventude; Cidadania; História do Tempo Presente.

Introdução

Pensar as juventudes na atualidade consiste em um instigante desafio do ponto de vista social, político e cultural na medida em que este segmento se apresenta de maneira plural, adotando comportamentos e formas de interação que variam espacial e socialmente, ou ainda de acordo com os mecanismos de sociabilidade e comunicação que utilizam. Certamente, a pesquisa histórica abre possibilidades para que se pense e se analise a multiplicidade e as diferenças das experiências juvenis no tempo e espaço. Todavia, olhando do tempo presente pode-se perceber que dadas algumas possibilidades de inserção social, consumo, comunicação, construção e afirmação de identidades individuais e coletivas, bem como os costumes e símbolos socialmente construídos pelo/a jovem, a variedade de tais expressões nos

¹ Doutorando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), momento no qual estudou a invenção do corpo infantil e as artes de governo da infância por meio da revista da comissão estadual da Legião Brasileira de Assistência (LBA) na Paraíba entre 1947-1955. Atua na área de história da infância e juventude; teoria e metodologia da história; história e filosofia dos direitos humanos. E-mail: jose.junior010@gmail.com

² Doutorando em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), momento no qual estudou a participação de mulheres em partidos políticos no período do final do regime civil-militar brasileiro. Atua com estudos de gênero, movimentos sociais, partidos políticos e biografia histórica. E-mail: r.cb.j@hotmail.com

saltam aos olhos e exige, do ponto de vista analítico, que se pense as relações sociais que os engendram e os efeitos que produzem na vivência desses e dessas jovens.

Apresentam-se diante de nossos olhos sujeitos com diferentes expectativas de vida, sonhos, projetos políticos e identidades. Ao mesmo tempo em que esse processo aponta um aspecto singular e de crucial importância, tendo em vista a multiplicidade e as formas multifacetadas por meio das quais as novas gerações se expressam e conquistam (ou buscam conquistar) seu lugar social, visibiliza também o desafio de que seja possível que estas várias identidades individuais e coletivas tenham seus objetivos e modos de vida considerados e respeitados politicamente e, em especial, nos espaços decisórios para a participação juvenil.

Este texto toma como objeto de análise a campanha *Juventude Participa!*, coordenada pela organização não governamental Centro de Ação Cultural (CENTTRAC) e que teve como foco a promoção de espaços de formação política e cidadã para jovens do sexo masculino e feminino da cidade de Campina Grande/PB no período de 2009 a 2011.³ Assim, partindo da perspectiva de uma História do Tempo Presente (DELACROIX, 2012; FERREIRA, 2000; RÉMOND, 2003) e articulando diferentes temporalidades a fim de analisar continuidades e transformações nos modos de participação juvenil e nas formas como a sociedade constrói leituras sobre as juventudes, este artigo propõe uma análise de discurso que atente para a emergência dessa campanha em uma conjuntura política marcada pela construção de uma série de ações sobre os/as jovens e sua participação cidadã. Por meio da análise de boletins informativos, imagens e relatórios institucionais procura-se estudar os sentidos construídos para a participação política desses sujeitos e o próprio modo como a instituição compreendeu as juventudes, elaborando atividades para este segmento e mobilizando grupos e movimentos sociais de jovens do campo e da cidade.

O CENTRAC é uma organização não governamental do município de Campina Grande, Paraíba. Fundada em 24 de setembro de 1987, a entidade desenvolve projetos que têm o objetivo de contribuir para a consolidação da democracia, da cidadania e da participação social. A ONG também realiza importante papel na construção de mecanismos de controle social da gestão pública no município, produzindo pesquisas e publicações que informam a sociedade sobre os procedimentos usados pela administração pública local. Além dessas ações a organização também trabalha com assessorias para grupos, movimentos sociais, governos, etc., no intuito de contribuir para o fortalecimento e ampliação da

³A campanha é permanente, mas este texto debruça-se apenas sobre o período supracitado.

democracia por meio da participação da sociedade em espaços de decisão política, a exemplo das sessões do legislativo voltadas para definição e votação do orçamento público.



Logotipo da campanha Juventude Participa! realizada a partir de 2009. Disponível em: <http://centrac.org.br/publicacoes/campanhas/campanha-juventude-participa/>. Acesso em 29 de jun. 2017

Um dos programas do CENTRAC se chama *Juventude e Participação Política* que, em suas ações,

promove a formação política de jovens urbanos e rurais, voltada para a indivisibilidade dos direitos humanos, estimulando a participação social e a qualificação da sua intervenção nas políticas públicas no âmbito municipal, estadual e nacional. As ações desenvolvidas fortalecem as organizações e a autonomia das juventudes e estimulam sua atuação em fóruns, redes e espaços de definição de políticas públicas, tal como o Conselho Municipal de Juventude. Ao mesmo tempo, as ações do programa buscam oportunizar a inserção de jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica no mundo do trabalho (CENTRAC, 2017).

Trata-se de uma organização que tem entre uma de suas principais pautas o tema das juventudes no Brasil contemporâneo, atentando-se nisso para o grande desafio social e político que é garantir o contínuo combate ao extermínio da juventude negra, uma pauta recorrente nas ações do CENTRAC. Todavia, este texto se debruça sobre uma campanha específica realizada pela organização e coordenada pela socióloga Ana Patrícia Sampaio de Almeida e a psicóloga Sônia Marinho entre os anos de 2009 e 2011. O símbolo da campanha, ao trazer cores vibrantes, gesto altivo, igualdade de gêneros e ainda uma linguagem direta, amparada fortemente no recurso da imagem, já busca apresentar sentidos que a instituição procura fazer circular por meio de suas ações. Nos materiais disponíveis no site institucional há diferentes registros das atividades desenvolvidas, a exemplo da *Carta de Alagoa Grande* produzida durante o seminário *Fala Juventude! Jovens construindo e exercendo cidadania* em agosto de 2014, que teve o objetivo de apresentar propostas aos candidatos ao Governo do Estado nas eleições daquele ano. As ações desenvolvidas pela ONG com a participação de jovens tem longa história no CENTRAC, uma vez que a própria organização surgiu a partir da atuação de estudantes e jovens educadores da Paraíba durante 1987, quando se posicionaram diante dos debates ocorridos na Assembleia Nacional Constituinte (1987 – 1988).

Nem menor, nem adolescente, mas jovem: a construção de uma categoria social

Historicamente, a sociedade brasileira vivenciou momentos em que atribuiu diferentes significados àqueles que hoje compreendemos como pertencentes às categorias da *infância* e *juventude*. Estas designações foram criadas em períodos nos quais foi preciso atualizar visões e inaugurar novos modelos compreensivos acerca destes sujeitos. Entre os anos 1980 e 1990 a ideia de *menor*, juridicamente formulada desde 1927 com o Código de Menores (que sofreu alterações em 1979), foi substituída pela de criança e adolescente, sendo tal transformação jurídica ocasionada dentro de longas discussões na comissão *Criança e Constituinte* em 1987.

Esta alteração linguística⁴ articulou-se com uma mudança mais ampla e complexa no plano jurídico, tendo em vista a modificação da doutrina da situação irregular (presente na legislação *menorista*) pela doutrina da proteção integral que norteia o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e foi alicerçada historicamente em documentos como a *Declaração dos Direitos da Criança* (1959) e a *Convenção sobre os Direitos da Criança* (1989). Falar em doutrina jurídica não se circunscreve apenas a uma definição que constará apenas na legislação ou nos manuais jurídicos, mas estas definições são pontos de partida para que se organize, instrumentalize e viabilize uma série de políticas públicas que deverão levar em conta orientações técnicas e procedimentos éticos diferenciados a depender da referência legislativa que se tome em conta. Helena Abramo afirma que:

Após a década de 1980, o foco de uma parcela da sociedade civil centrou-se na questão das crianças e adolescentes em situação de risco. A defesa que os movimentos sociais e entidades da sociedade faziam era, dentre outras questões, pela institucionalização dos direitos sociais, que culminou nos diversos direitos sociais previstos pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e Adolescente em 1990. Essa preocupação com os direitos sociais dos adolescentes concentrou esforços além do âmbito específico da juventude, fazendo com que este termo, por muito tempo, se referisse ao período da adolescência, muitas vezes indistinto da infância. Os jovens, tal como categoria que conhecemos hoje – isto considerando apenas a faixa etária 15 a 29 anos –, ficaram de fora do escopo das ações e do debate sobre direitos e cidadania (ABRAMO, 2003, apud ROCHA, 2012, p. 15).

Essa leitura aponta que compreensões sobre as categorias sociais são historicamente situadas e por esse motivo a fabricação discursiva de conceitos como *menor*, *adolescente* e

⁴Até o final da década de 1980 não havia no Brasil uma compreensão, em termos jurídicos, sobre a criança como um sujeito de direitos. Vigorava até então o termo *menor* sob a ótica da criminalização e do estigma do delinquente. O aspecto etário era determinante na compreensão do sujeito e da sua ação no grupo social em que estava inserido. A partir da redemocratização e com a Constituição de 1988, o Brasil construiu um arcabouço legal pautado na dignidade humana e na ideia de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

jovem foi possível em condições históricas específicas. No primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva começou a ser pensada uma Política Nacional de Juventude (PNJ) que foi institucionalizada em 2005 por meio da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), sendo este último uma estrutura colegiada e paritária, contando com a participação da sociedade civil na elaboração, monitoramento e avaliação das políticas de juventude em âmbito federal. Tal questão começou a ser considerada em termos políticos e institucionais por parte do Estado e os próprios jovens, como sujeitos de direitos, puderam participar de espaços de decisão e pontuar suas demandas e expectativas para as políticas públicas voltadas para eles. Isso pode ser lido como indicador de um amadurecimento na conquista da democratização e ampliação da participação em estruturas do poder executivo.

Se após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi perceptível o enfraquecimento dos Estados Nacionais, também houve, sob certos aspectos, uma democratização do Estado em alguns países e a oxigenação de experiências participativas e conquista de direitos. Novos grupos emergiram na cena pública reivindicando o direito de serem diferentes, como aponta Boaventura de Sousa Santos (1999). A juventude já havia participado ativamente da arena pública em outros momentos, porém, atualmente surgiram outras bandeiras de luta pondo em questão a presença do “pessoal” como elemento político.

Partindo de outro ponto de vista, Eric Hobsbawm (1995) escreve que nos anos 1960 houve um fenômeno de tensão geracional que fomentou muitas das contestações gestadas por grupos e movimentos sociais naquele período. Com o crescimento dos índices de natalidade após 1945, uma parcela considerável dos adultos com menos de 30 anos de idade estava em universidades e grupos políticos. Diferente de seus avós e pais, não havia experienciado crises econômicas ou a guerra. Nesse sentido, para muitos daqueles que estavam em grupos etários mais velhos, o *boom* econômico dos anos 1950 trazia à tona uma sensação de conforto para aqueles que passaram por tormentos nos períodos anteriores. Muitos de seus filhos não enxergavam as coisas assim, e dentro de seus repertórios, discordavam quanto ao conforto com relação à conjuntura social e política, criando novas formas de interpretar seus campos de possibilidades e margens de contestação e mudança do meio onde viviam.

Nesse período, esse setor da sociedade em ascendente crescimento numérico, e politicamente atuante, passou a ser interpretado diferente das demais categorias etárias. A noção de jovem e adolescente se distanciava da infância, mas também da *vida adulta*. Por meio de uma perspectiva de classe média, os jovens se identificavam não apenas pelo viés

temporal da idade, mas também e, sobretudo, pela performatividade⁵ do rebelde, do contestador e da pessoa com energia, ativa, contraposta a uma noção de adulto e de idoso, vistos como centrados, calmos e monótonos, voltados para o trabalho, recatados e focados na família. Ao mesmo tempo, havia a contraposição à criança, que representaria a *inocência* e muitas vezes a *obediência*, o que operava em uma concepção idealizada da infância. Esses jovens se performavam como opostos a tudo isso, o que foi apropriado e utilizado pelo mercado nos anos 1970, focando esse nicho consumidor em potencial. Todavia, essa percepção também era reforçada em estudos e reflexões realizadas naqueles anos.

Pensadores como Herbert Marcuse eram citados por grupos como a União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE-SP, 1968, p. 7), quando escreviam em seus jornais que “o jovem está fadado biologicamente à revolta”. Concomitantemente, eles selecionavam expressões de militantes estudantis para reforçar tal imagem. Nisso, “explicando os fatos [os acontecimentos de 1968]: ‘A força de nosso movimento é que ele se apoia na espontaneidade incontrolável’”. Partindo de uma perspectiva essencialista, muitos grupos que se identificavam com os jovens tentavam explicar e compreender não apenas questões comportamentais, como também, de forma homogeneizante, os levantes e revoltas que se desenvolviam em diferentes regiões em 1968. De acordo com Olgária Matos (1989, p. 35 – 36), essa sensação de unidade não era decorrente de uma simples inspiração, mas de identidades gestadas por meio de solidariedades construídas a partir de experiências observadas como semelhantes, apesar de distantes.

Dessa forma, questões antes ditas como de ordem pessoal emergiram como problemas com dimensão pública, como a sexualidade. A produção das subjetividades consideradas como efeitos dos discursos e práticas que se materializavam nas formas de educação e relações sociais foi questionada veementemente pelos novos movimentos sociais. Estes debates que fazem parte das bandeiras dos jovens estiveram (e estão) presentes nas discussões da Política Nacional de Juventude (PNJ) que tem como objetivo estender-se por todos os municípios de forma descentrada. Considerando o princípio da *descentralização* das políticas

⁵ Partimos aqui do conceito de performatividade exposto por Tomaz Tadeu da Silva (2014, p. 6-7): “O conceito de performatividade desloca a ênfase na identidade como descrição, como aquilo que é - uma ênfase que é, de certa forma, mantida pelo conceito de representação – para idéia de “tornar-se”, para uma concepção da identidade como movimento e transformação(...) A eficácia produtiva dos enunciados performativos ligados à identidade depende de sua incessante repetição. Em termos da produção da identidade, a ocorrência de uma única sentença desse tipo não teria nenhum efeito importante. É de sua repetição e, sobretudo, da *possibilidade* de sua repetição, que vem a força que um ato linguístico desse tipo tem no processo de produção da identidade.”

públicas, cada Estado e Município da Federação passou a ter como responsabilidade a inserção em seus programas de governo os princípios e diretrizes da PNJ. Os conselhos de juventude instituídos nos três âmbitos de governo têm a finalidade de assessorar o executivo na elaboração, implementação e fiscalização das políticas públicas, sendo órgãos do poder executivo com função consultiva ou deliberativa. O que uma análise dessas políticas e das formas de participação de jovens pode tomar como objeto de reflexão é o fato de que além de haver o princípio da descentralização das políticas também existe, do ponto de vista político e cultural, toda uma série de relações capilarizadas na sociedade e muitas vezes organizadas em coletivos, grupos e movimentos que de maneira ascendente interferem na esfera pública e na definição das estratégias de governo definidas pelo Estado para os grupos que elege como prioridade.

Juventude Participa! – construindo um espaço de formação política

No município de Campina Grande⁶, cidade do interior do estado da Paraíba, a PNJ começou a ser alvo de discussão a partir das contribuições do CENTRAC, que em seus programas e projetos tematiza a juventude. Um dos momentos no qual esse tema foi debatido com os jovens foi no projeto *Protagonismo juvenil e desenvolvimento local: Jovens construindo e exercendo cidadania*, que foi divulgado sob o título da campanha *Juventude Participa!* A instituição disponibilizou, em sua página na *web* e em impressos, informações sobre o projeto, com o objetivo de divulgá-lo. De acordo com esses materiais “[...] o projeto objetiva difundir a cultura da participação e controle social da gestão pública entre os grupos de jovens do meio popular em Campina Grande – PB” (CENTRAC, 2009, s/n). A organização entende que o processo de inserção da juventude refere-se diretamente à criação de espaços e possibilidades de transformação de compreensões dos significados de gestão pública, controle social e democracia.

⁶ Geograficamente privilegiada, situada no centro do estado da Paraíba, a Rainha da Borborema é uma cidade-pólo, liderando geográfica e politicamente outros aproximadamente 60 municípios ao seu redor, além de apresentar condições de acesso às principais cidades do Nordeste. Com cerca de 400 mil habitantes, a maior cidade do interior do Nordeste destaca-se economicamente no setor da prestação de serviços e é uma forte referência na produção de tecnologia, fabricando softwares vendidos para várias partes do mundo. Hoje a cidade se apresenta como uma excelente formadora de mão de obra especializada, principalmente na área tecnológica, graças às suas cinco universidades. Informações consultadas no Portal da Prefeitura da cidade. Link: <http://www.campinagrande.pb.gov.br/novo/campina-grande/>. No período analisado neste texto a cidade era governada por Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto, filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

A participação é pensada a partir do critério da institucionalidade, pois por meio de mecanismos abertos pelo Estado os/as jovens, e a sociedade civil de forma geral, podem incidir nas decisões políticas e praticar o controle social, isto é, o acompanhamento dos investimentos públicos pela sociedade, de modo a prevenir a corrupção. Por outro lado, a organização articula-se aos/as jovens do campo e da cidade e fortalece experiências de educação popular, que não se conectam diretamente com esse princípio de ocupar espaços institucionais formais, mas cria outras cartografias da participação de jovens. Neste sentido, pode-se ver que a organização busca atuar em múltiplas frentes, tentando mapear as formas por meio das quais os jovens criam espaços para se relacionar e trocar saberes.

O critério da institucionalidade é algo consideravelmente positivo tendo em vista que garante a construção de acordos, agendas, registros e acompanhamento dos debates, bem como potencializa a regularidade e permanência dos processos. Todavia, essa baliza, se tomada de forma exclusiva, pode incorrer no risco de fortalecer de maneira unilateral a democracia meramente representativa e formal, quando se faz necessário potencializar também a democracia substancial ou participativa. Os conceitos de democracia, participação e cidadania precisam ser lidos de forma plural considerando as diferentes maneiras de organização e incidência dos/as jovens nas suas comunidades. Os grupos culturais, religiosos e desportistas são exemplos de organização juvenil que não são pensadas pelo critério da institucionalidade formal, mas que têm como feito a construção de redes de relacionamento e modos de atuação na sociedade.

Antonio Carlos Gomes da Costa (2012, p. 7) refletiu sobre o conceito de protagonismo juvenil. De acordo ele, o jovem protagonista é aquele que tem uma ação proativa na sociedade ou no grupo em que está inserido, na medida em que consegue identificar os problemas que levam a sua experiência particular a ser construída de um determinado modo, que não necessariamente foi objeto de sua escolha. Como alternativa a isso surge a participação como instrumento de envolvimento em canais de comunicação mais amplos em que possa, coletivamente, traçar formas por meio das quais seus problemas sejam minimizados. Para este autor protagonismo juvenil “[...] enquanto modalidade de ação educativa, é a criação de espaços e condições capazes de possibilitar aos jovens envolver-se em atividades direcionadas à solução de problemas reais, atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso”.

Historicamente, podemos perceber como a juventude, em diferentes momentos, teve iniciativa para questionar o *status quo* da sociedade e propor reformas. Por outro lado, certas narrativas em torno de acontecimentos que contam com a participação de jovens podem

algumas vezes engessar leituras e essencializar a juventude sob o signo da rebeldia e da revolta, quando muitas vezes é possível pensar a pluralidade nas experiências juvenis, de modo que se possa perceber como algumas juventudes participam e reiteram de modos distintos os preconceitos e formas de dominação social instituídas no tempo⁷.

Maio de 1968, como aponta o historiador francês Michel de Certeau (1995), significou a “tomada da palavra” pela população francesa. Naquele momento os cartazes e as diversas formas de expressão de palavras de ordem tiveram um significado simbólico historicamente muito importante não apenas na França, mas em outras regiões. De acordo com Olgária Matos (1989, p. 22), os levantes daquele ano não podem ser vistos como algo homogêneo. Todavia, ela explica que não foi um processo orquestrado de um centro clandestino, apesar da simultaneidade com outros levantes estudantis. Nesse processo, haveria uma série de apropriações e construções de identidades, tanto por meio da elaboração de uma nova concepção de juventude, quanto pelas solidariedades políticas gestadas por repertórios e leituras comuns. Naquele ano, não apenas em Paris, mas em Berkeley, Varsóvia, Berlim Ocidental e Roma houve mobilizações apontadas como juvenis, apesar de terem como aporte pessoas mais velhas (como Lukács e Marcuse), enquadrados como referenciais teóricos. No Brasil, cidades como São Paulo e Rio de Janeiro passaram por protestos com uma parcela considerável de estudantes, apesar de não serem os únicos que ali estavam. Posteriormente, movimentos como *Diretas Já* (1984) e *Fora Collor* (1992) foram significativos do ponto de vista da atitude da população de um modo geral e da juventude universitária e de classe média, principalmente,⁸ na construção dos caminhos políticos da sociedade. Sendo assim, diferentes juventudes atuam em distintos momentos históricos, mediadas pelas condições que lhe são socialmente dadas e dentro dos repertórios e referências políticas e filosóficas que adotam e assumem. No campo da educação, Antonio Carlos Gomes da Costa afirma que:

[...] o termo protagonismo juvenil designa a atuação dos jovens como personagem [sic] principal de uma iniciativa, atividade ou projeto voltado para a solução de problemas reais. O cerne do protagonismo, portanto, é a participação ativa e construtiva do jovem na vida da escola, da comunidade ou da sociedade mais ampla (COSTA, 2012, p. 7).

⁷ Para uma leitura sobre a história da associação dos jovens ao fascismo, ao nazismo, bem como outras expressões da juventude nas sociedades, ver. LEVI, Giovanni e SCHIMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens*, vol. 2. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

⁸ Na obra “*Culturas da Rebeldia – a juventude em questão*” Paulo Sergio do Carmo historiciza as principais mudanças pelas quais passou a juventude na segunda metade do século XX, desde os movimentos dos anos de 1950 até os mais recentes.

O CENTRAC considerou o/a *jovem* como protagonista, aquele que atua, questiona, propõe e cria possibilidades de transformação da própria realidade. Pode-se afirmar que o objetivo da entidade esteve relacionado com a ideia que “[...] as novas gerações devem ter acesso a uma educação e formação política que transforme os jovens em agentes promotores da mudança social necessária para a consolidação de sociedades democráticas” (WELLER, 2007, p. 12-13). No entanto, a formação para a cidadania ainda não tem sido algo comum na maioria das escolas e ambientes de educação formal no Brasil. Ainda há contradições e simplificações sobre o conceito de cidadania, bem como o que se entende por formação⁹ para o seu exercício. Pensar uma formação cidadã no contexto em que a campanha do CENTRAC emergiu, assim como uma série de outras ações como a Política Nacional de Juventude (PNJ) e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) significa falar em construção de espaços de educação formal e não formal que tomem o exercício de direitos individuais, sociais, civis, políticos e culturais como objeto de debate, mas também como alvo de investimento para que os/as jovens construam sentidos para estas noções, de uma forma que por meio de ações diversas e atividades práticas seja possível mostrar o papel do Estado na promoção e garantia dos direitos sociais e o papel propositivo e fiscalizador que cada cidadão deve ter em relação ao Estado.

Embora a participação seja pensada como elemento de transformação da realidade e construção de novas oportunidades no futuro, é possível pensá-la não por uma perspectiva teleológica, dotada de um sentido inerente e que conduz a um fim já dado. As mobilizações, atuações políticas e formas de participação podem ser compreendidas como atividades que buscam objetivos pontuais e não necessariamente universais. Pensar o processo participativo nesse sentido não significa negar articulações entre o global e o local, mas redefinir os termos do debate, priorizando as diferenças, as particularidades locais e suas conexões com aspectos conjunturais mais amplos. Participação pode ser lida como um ato de criação de formas diversas de ser e estar no mundo, como uma experimentação partilhada da liberdade, não necessariamente com um sentido único e permanente. A transformação não precisa ser vista como algo já construído idealmente, e que deve ser transposta para a prática, mas como um movimento que ocorre na medida em que se caminha. Para o desenvolvimento desta pesquisa

⁹ Vale a pena conferir a entrevista com a socióloga e educadora Maria Victória Benevides, realizada por Silvio Caccia Bava, diretor da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG), em janeiro de 2000 e disponibilizada no site Direitos Humanos na Internet. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/textos/victoria.htm>. Último acesso em 18/02/2018 às 23: 26.

a ONG disponibilizou diversos materiais produzidos como informativos e relatórios institucionais anuais. No primeiro informativo do *Juventude Participa!* consta o seguinte trecho sobre a PNJ:

O reconhecimento dos jovens como “sujeitos de direitos” foi um avanço fundamental para superar a visão antes predominante nas ações governamentais, o que resultou na formulação da Política Nacional de Juventude. Foram criadas novas estruturas institucionais com responsabilidades específicas sobre o tema, como a Secretaria Nacional de Juventude – SNJ que é responsável por articular programas e projetos, em âmbito federal, destinados aos jovens na faixa etária entre 15 e 29 anos (ALMEIDA e MEDEIROS, 2009, p. 2).

O aspecto etário tem importância singular para a elaboração da PNJ na medida em que diferencia os jovens, em termos jurídicos, das crianças e adolescentes. Entretanto, uma análise sobre a juventude que se prenda apenas ao aspecto etário limita-se por não compreender e investigar dimensões sociais, econômicas e culturais que constituem as múltiplas identidades juvenis. O sociólogo francês Pierre Bourdieu (2003, p. 151–152), pensando a juventude como objeto da Sociologia, destacou que “as divisões entre as idades são arbitrárias”. Para ele as relações entre idade social e idade biológica são muito complexas e não devem ser naturalizadas, pois a “juventude e a velhice não são dadas, mas construídas socialmente na luta entre os jovens e os velhos”. Ao pensá-la como categoria social, Luís Antônio Groppo (2000, p. 27) problematiza o fato de que as abordagens em torno do conceito muitas vezes são marcadas por dois critérios centrais: “o critério etário (herdeiro das primeiras definições fisiopsicológicas) e o critério sociocultural”. Todavia, o autor aponta que o fato de a juventude ser considerada como categoria social a torna um segmento social e uma situação social, definidos não apenas do ponto de vista limitado do critério etário, mas considerando-se outros fatores que fazem parte das diferenciações entre jovens e não jovens.

Apesar de limitado, como alguns pesquisadores têm indicado, esse critério etário funciona para delimitar a diferença dos segmentos em termos jurídicos, pois por meio disso o Estado pode planejar ações específicas e focar os grupos sociais, caracterizando demandas e garantindo em maior ou menor medida (no que tange ainda qualidade e alcance social) o atendimento delas. Tendo em vista a construção também jurídica dos grupos etários nota-se que “[...] a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável” e o “facto [sic] de se falar dos jovens como de uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns e de se referir esses interesses a uma idade biologicamente definida, constitui já uma evidente manipulação” (BOURDIEU, 2003, p. 153). É necessário ter em vista

outros aspectos que particularizam a condição juvenil. Embora a identidade etária seja forjada de maneira duvidosa e a partir de critérios que podem mudar ao longo do tempo, é preciso considerar outros aspectos para que as intervenções sejam efetivas na vida dos diferentes jovens. Embora veja a construção da PNJ como avanço político, o CENTRAC destaca que ela

[...] está só começando nos três níveis de governo. É importante reconhecer que principalmente na instância estadual e municipal há muitas dificuldades quanto a sua consolidação. A própria juventude, em sua maioria, desconhece a existência de alguns programas elaborados por setores públicos e privados voltados para este segmento (CENTRAC, 2009, p. 2).

O fato de os próprios jovens ainda não terem informações sobre a PNJ é lido pelo CENTRAC como uma fragilidade. Isso indica o fosso que separa os debates teóricos e políticos que conceituam e enunciam a juventude e os próprios jovens da sociedade. A ONG se sente comprometida com a divulgação de informações sobre a PNJ e com o engajamento dos jovens, de modo a pontuar suas demandas e reivindicações. Isso é evidente em documentos nos quais a entidade afirma que “[...] as ações desenvolvidas fortalecem as organizações e a autonomia das juventudes e estimulam sua atuação em fóruns e redes ao mesmo tempo em que buscam oportunizar a inserção de jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica no mundo do trabalho” (CENTRAC, 2010, s/n).

No que se refere à institucionalização, esta se mostra importante na medida em que:

[...] em uma democracia em que diferentes atores se colocam no espaço público reivindicando direitos, a institucionalidade apresenta-se como meio para garantir que tais direitos sejam efetivados. A institucionalidade é uma forma de organizar democraticamente os interesses individuais e coletivos a serem implementados pelo aparato estatal (ROCHA, 2012, p. 34).

Notando a importância da institucionalidade no processo de participação cabe pensar quais os espaços que foram apresentados aos jovens do projeto “*Juventude Participa!*”. As fontes trazem também informações sobre os principais conceitos discutidos. Considerando que o objetivo era “sensibilizar os grupos de jovens para a participação nos espaços de formulação de políticas públicas para a juventude”, um dos materiais apresenta a seguinte definição de políticas públicas:

Políticas públicas são um conjunto de ações políticas, econômicas, sociais e ambientais implementadas pelo governo (seja em âmbito federal, estadual ou municipal), em conjunto ou não com a sociedade civil ou de toda a sociedade. São os instrumentos do poder público que garantem atendimento das necessidades populares (saúde, educação, saneamento, infraestrutura,

etc.) é na definição das políticas públicas que se prioriza este ou aquele setor, este ou aquele programa e conseqüentemente este ou aquele segmento da sociedade (ALMEIDA e MEDEIROS, 2009, p. 08).

Há diferentes elementos discursivos que buscam fazer com que os jovens subjetivem a noção de que *participar é importante*. Isso acontece na medida em que um efeito desse discurso é a produção de um sujeito específico, o sujeito-participante. Ao afirmar que “é na definição das políticas públicas que se prioriza este ou aquele setor”, a organização já enuncia a disputa política que envolve o processo de formulação das políticas públicas. Nesse sentido é preciso qualificar-se para poder atuar politicamente e saber entender esses jogos de poder, o que nos permite pensar que o “sujeito” aqui deve ser entendido como uma função exercida no conjunto das práticas discursivas e não discursivas nesse cenário propício ou não para a participação e inserção social dos/as jovens. Considerando com Michel Foucault (2016) o sujeito não como ponto de origem e causa de um discurso, mas como uma função e um efeito de práticas discursivas e relações de poder e saber, é possível pensar como as políticas de governo da infância e da juventude emergem em determinados momentos visando construir certas subjetividades e modos de comportamento, participação e inserção social. Tal ideia não sugere a falta de ação dos sujeitos históricos, mas ao não tomá-los como essência transcendente permite problematizar o modo como as relações sociais se efetivam e os saberes e poderes que as tornam possíveis no tempo e no espaço, isto é, na sua imanência. Deste modo, se pode avaliar como tais processos são vivenciados e que subjetividades constroem, pois tais ações têm como efeito a construção de sujeitos, corpos, espaços e modos de entender e atuar nas relações socialmente instituídas, transformando-as ou dando continuidade a certas atitudes e modos de agir no mundo.

Considerando a juventude pelo seu aspecto plural, descentrado e heterogêneo, o sujeito participante não deve ser lido apenas por sua unidade, como sendo dotado de uma espécie de essência que o processo de formação política desenvolveria. Este sujeito deve ser lido por sua multiplicidade de posições, saberes, desejos e intenções. Refletir sobre a participação na perspectiva aqui adotada consiste não em pensá-la como uma espécie de metanarrativa¹⁰, como as ideias modernas de liberdade, igualdade e fraternidade, por exemplo. Não se trata de pensar um sujeito totalmente emancipado e consciente, mas um sujeito atuante, construtor da sua experiência a partir dos jogos de poder em que ele está inserido e

¹⁰ Sobre o conceito de metanarrativa ou metadiscurso e a crítica pós-estruturalista, ver Lyotard (2013) e Veiga-Neto (1995).

que o constituem. Os jovens participantes do projeto são moradores de comunidades periféricas, pertencentes a grupos étnico-raciais distintos e com projetos e sonhos diferentes. Assim, a participação e a formação para a cidadania precisam ser pensadas não pela lógica de uma unidade que engesse e sufoque, mas justamente pelo enfoque que privilegie a diferença, sem naturalizá-la.

No que diz respeito aos espaços e formas¹¹ de participação não consta nos materiais do projeto uma definição precisa desse termo. São apresentadas informações sobre os instrumentos de definição de políticas públicas, tais como: “iniciativa popular de lei, debates e audiências públicas, referendo, plebiscito, conselhos, conferências e gestão orçamentária participativa” (ALMEIDA e MEDEIROS, 2009, p. 8–9). Além da exposição textual dos espaços, o projeto oportunizou que os/as jovens pudessem participar ativamente destes. O projeto foi realizado entre 2009 e 2011 e neste período ocorreram mobilizações sociais de alcance nacional que, por sua vez, envolveram diversos segmentos da sociedade. O CENTRAC inseriu seu público juvenil nestas mobilizações, afirmando que houve efetividade do projeto na medida em que tais jovens se envolveram nos pontos estudados e discutidos. “Todas as atividades pensadas no âmbito do projeto foram voltadas para formação política do grupo que é sempre convidado e estimulado a se envolver e discutir temas de seu interesse como os relacionados com as Campanhas ‘Ficha Limpa’ e ‘16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher’” (CENTRAC, 2009, p. 7).

O CENTRAC entendeu que era importante favorecer a participação efetiva do seu público em processos que pudessem incidir qualitativamente na vida política e social do país e do município. O ano de 2010 foi relevante para as políticas de juventude, pois foi aprovada no Congresso Nacional a Emenda Constitucional nº 65, em 13 de julho de 2010, exatamente vinte anos após ser sancionada a Lei nº 8.069, o ECA. Essa emenda modificou o capítulo VII do título VIII da Constituição Federal, inserindo o termo *jovem* nesse documento. Coincidência ou não, é importante notar que em um período de tempo relativamente curto o Brasil instituiu dois instrumentos para a garantia dos direitos das crianças, adolescentes e jovens. Entre as ações que o projeto objetivou desenvolver podem ser destacadas:

Oficinas de sensibilização sobre a importância da participação cidadã e da vigilância contra a corrupção eleitoral na gestão pública; Oficinas sobre Gênero e saúde; etnia e diversidade cultural; Oportunidades no mundo do

¹¹ Sobre estas formas de participação apresentadas pelo CENTRAC, especificamente o referendo, o plebiscito e a iniciativa popular de lei, cf. Constituição Federal de 1988, cap. IV, art. 14 que tematiza os direitos políticos e esses três instrumentos de exercício da soberania nacional.

trabalho; Curso sobre orçamento público e controle social – aspectos políticos e técnicos; Gincana da Cidadania [...]; Feira da Cidadania; Festival de cultura, arte e cidadania (CENTRAC, 2009, p. 1).

O título da campanha *Juventude Participa!* é provocativo sobre o modo como a organização compreende a noção de participação. A aposta na formação política das novas gerações, o estímulo à mobilização dos/as jovens nos espaços públicos e formais de controle social, bem como a relativização da juventude, compreendendo-a não necessariamente por sua unidade, mas por sua heterogeneidade e multiplicidade, podem ser vistas como características da iniciativa. Todavia, o título, com as palavras no singular, aponta para certa generalização e universalização do objetivo do projeto, o que faz sentido do ponto de vista operativo, pois a ideia foi agregar a juventude como grupo social amplo e complexo e no decorrer das atividades problematizá-la e compreendê-la de forma plural. Entretanto, que juventude participou efetivamente do projeto do CENTRAC? Qual a cara dessa juventude?

Os documentos consultados, como as fichas de inscrição, permitiram traçar um perfil do público. A inserção de mulheres nesse espaço foi preponderante, tendo em vista que elas somaram 16 (dezesesseis) participações enquanto os homens representaram 4 (quatro). Isso pode ser um indicador de que as mulheres se apresentam mais interessadas a discutir questões referentes à conquista de direitos e de cidadania, mas também pode inferir dificuldades em acessar o público masculino pelo fato de que este ocupa outros espaços que não são aqueles procurados pelo CENTRAC como grupos e associações de jovens. Quanto ao grau de escolaridade, 16 (dezesesseis) participantes estavam cursando ou haviam concluído o ensino médio e 3 (três) estavam cursando ou haviam concluído o ensino fundamental. Nenhum dos participantes estava no ensino superior. De acordo com os relatórios da ONG, os participantes moravam em bairros periféricos da cidade, sendo alguns marcados pela violência. Neste sentido, as ações do projeto também tiveram como finalidade oportunizar que esses jovens acessassem outros espaços sociais.

Pensando o espaço do projeto *Juventude Participa!* na construção de sociabilidades e de perspectivas de intervenção social na vida cotidiana destes jovens, é importante considerar que os participantes representaram, em termos etários, um grupo bem maior, isto é, os jovens da cidade. Nem todos/as acessam ou buscam ocupar espaços deste tipo. Todavia, o fato de não atuarem não os descaracteriza como jovens e sujeitos titulares de direitos específicos. A participação ocorre de múltiplas formas. Ao pensar esta multiplicidade de identidades e interesses, Pierre Bourdieu (1983, apud, BARRIENTOS-PARRA, 2004, p. 132) aponta que

“[...] não existe *uma* juventude, mas multiplicidade delas, tantas quantas são as tribos existentes”. No caso da campanha em análise, os participantes se envolveram também em uma “mobilização com vários segmentos juvenis, para criação do Conselho Municipal de Juventude (CMJ) de Campina Grande, com elaboração do Projeto de Lei de forma participativa”. Viram nisso uma forma de avançar na busca dos direitos dos/as jovens em nível local.

O CENTRAC apoiou o grupo na mobilização/articulação para constituição do Conselho Municipal de Juventude, assessorando técnica e politicamente o mesmo, que trabalhou no sentido de pressionar o poder público para encaminhamento de Lei que cria o Conselho Municipal de Juventude para votação na Câmara Municipal de Vereadores. Esta mobilização culminou com a criação de uma Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer e a aprovação da Lei na última Sessão do legislativo municipal, no dia 23 de dezembro. Vale dizer que a proposta de Lei foi construída coletivamente e de forma participativa no âmbito da Comissão pró-Conselho de Juventude constituída em 2010 e reflete os anseios das organizações juvenis que constituíram a mesma (CENTRAC, 2011, p. 7).

Os jovens do projeto se articularam com outros que estavam vinculados a demais movimentos juvenis e conseguiram pressionar o poder executivo municipal para que fosse instituído o CMJ. Contudo, deve ser ressaltado que embora a PNJ seja uma política que deve ser assimilada por todos os municípios da federação, o executivo local não se disponibilizou a instituí-lo, sendo pressionado pelas organizações juvenis. O texto de lei elaborado por jovens pode ser considerado de relevância tendo em vista que conseguiram fazer com que fosse aprovada, no dia 23¹² de dezembro de 2011 pela Câmara de Vereadores, a lei que instituiu o CMJ como sendo um órgão “[...] normativo, deliberativo, consultivo e fiscalizador da política básica e supletiva inerente às ações governamentais e não governamentais voltadas para a juventude” (CAMPINA GRANDE, 2011). Considerando que o CENTRAC foi, no município, a organização que produziu e repassou informações para os/as jovens sobre a PNJ, podemos pensar ainda a sua situação e posição dentro do processo.

Por meio da atuação do CENTRAC tais jovens buscaram incidir em espaços formais do Estado, mas isso não significa que eles não fossem fabricados e fabricantes de relações de poder naquele momento. Segundo Michel Foucault (2012) o poder não está localizado exclusivamente em nenhuma dimensão ou espaço social, como o Estado, por exemplo, que foi lido por algumas teorias como sendo a instituição detentora de poder. O que Foucault propõe

¹² A lei foi aprovada pela Câmara de Vereadores no dia 23 de dezembro de 2011, mas sancionada pelo poder executivo no dia 29 de dezembro de 2011.

é pensarmos o poder como relação que “ultrapassa e complementa” a estrutura do Estado, e que está capilarizada na sociedade, sendo caracterizada por um complexo jogo de ações sobre ações de dominação e resistência. Essas relações de poder, decisão e produção de discursos ocorreram de forma dispersa entre os/as próprios/as jovens no ato de traçarem suas estratégias de incidência e convencimento do poder público. Essa rede de poder constrói pontos de articulação, enfretamento, disputa, resistência e apoio. Como apontamos anteriormente, o poder executivo local protelou por anos a instituição do CMJ, mas tendo em vista que a juventude se organizou, construiu o texto de lei e apresentou para a prefeitura, pressionando-a para pôr em votação na plenária da Câmara de Vereadores, incidindo também sobre esta, não houve muitas possibilidades de continuar protelando a decisão de instituir o CMJ. As relações de poder são produtivas e os jovens souberam atuar no espaço político formal de modo a produzir convencimento e possibilidades de efetivação dos seus objetivos. Incidindo e marcando o espaço político por seus discursos e práticas de forma contínua e estratégica, usaram ao seu favor o que lhes poderia ser inicialmente contrário, tendo em conta as distintas posições e interesses que os particularizava no processo, pois o executivo local (detentor da capacidade de decisão), e ao contrário dos/as jovens, não desejava instituir CMJ.

Considerações finais

Considerando esta experiência particular dos/as jovens, pode-se ver esse tema como alvo constante de novas formas de observação, compreensão e análise. Este texto frisou uma experiência de participação dos jovens de Campina Grande por meio da campanha *Juventude Participa!* promovida pelo Centro de Ação Cultural (CENTRAC) com o objetivo de estimular a atuação social dos e das jovens da cidade. Para esboçar uma análise dessa prática, cotejamos materiais de divulgação, fichas de inscrição, relatórios e demais documentos disponibilizados pela organização. Neste sentido, buscamos pensar de que maneira essa organização pensou o tema da juventude, quais concepções de cidadania, participação social e sujeito de direitos estavam em jogo na realização desse projeto, o que nos permitiu perceber uma concepção plural da questão e um investimento nos projetos já organizadas pelas juventudes locais do campo e da cidade, no intuito de favorecer a organização em rede e a incidência política desses sujeitos e seus coletivos juvenis.

Neste texto buscamos problematizar a juventude como categoria social, atentando para a limitação do aspecto etário como fator de delimitação desse grupo e de outros (a exemplo da

infância, adolescência, etc.). Pensamos as juventudes como construção social complexa, plural e historicamente localizada, o que exige do analista o cuidado para situar quais processos sociais e históricos tornam possível uma determinada compreensão sobre os modos de ser jovem. Nessa pesquisa foi possível perceber a existência de certa lacuna na historiografia sobre o assunto e por isso buscamos fornecer contribuições e reflexões ao campo da História do Tempo Presente, pensando os/as jovens como sujeitos historicamente situados que participam de processos de transformação social e/ou manutenção e atualização de determinados modelos de comportamento e formas de ação social. Tais processos devem ser compreendidos na sua historicidade, partindo-se do presente para perceber como as relações se estendem no tempo, não como mero resultado ou continuidade necessária, mas como uma atualidade complexa, mediada por permanências e transformações que uma análise histórica pode descrever, analisar e tomar como objeto de problematização. Com este texto esperamos lançar questões para o estudo das juventudes do presente e do passado, estimulando outras cartografias do desejo, da resistência e a criação de outros modos de participar.

Fontes

ALMEIDA, Ana Patrícia Sampaio de & MEDEIROS, Maria Madalena. *Juventude Participa!* Campina Grande, Centro de Ação Cultural (CENTRAC), 2009.

CENTRO DE AÇÃO CULTURAL. Site oficial: <http://centrac.org.br/programas/juventude-e-participacao-politica/>. Acesso em 29 de jun. 2017.

CENTRO DE AÇÃO CULTURAL. *Informativo do Projeto Juventude Participa! N° 01, abril/maio 2009.*

_____. *Relatório de atividades.* Campina Grande, Paraíba, 2009.

_____. *Relatório de atividades.* Campina Grande, Paraíba, 2010.

_____. *Relatório institucional.* Campina Grande, Paraíba, 2011.

CAMPINA GRANDE – PB. *Lei nº 5. 121 de 29 de dezembro de 2011.* Dispõe sobre a instituição do Conselho Municipal da Juventude, cria o Fundo Municipal da Juventude e dá outras providências.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil (1988).* Brasília, DF: Senado, 2008.

Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda & MARTINS, Maria Helena Pires. *Temas de Filosofia.* 3ª ed. rev. São Paulo: Moderna, 2005.

BARRIENTOS-PARRA, Jorge. O Estatuto da Juventude: instrumento para o desenvolvimento integral dos jovens. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, nº 163, 21 p., 2004.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é só uma palavra. In. *Questões de Sociologia*. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século, Edições Sociedade Unipessoal, LDA, 2003, p. 151-162.

CARMO, Paulo Sergio do. *Culturas da Rebelia – a juventude em questão*. Editora SENAC, 2012.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas: Papyrus, 1995.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. *Protagonismo Juvenil - O que é e como praticá-lo*. Entrevista disponível em <http://escola2000.net/aprendizagem/ac-protagonismo.htm>. Acesso em 15 de julho de 2012, às 00h48.

DELACROIX, Chistian; DOSSE, François e GARCIA, Patrick. “Uma crise da História? (as décadas de 1980-1990). In: *Correntes históricas na França (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV; São Paulo: Ed. da Unesp, 2012.

Direitos Humanos na Internet. Entrevista com a socióloga e educadora Maria Victória Benevides realizada por Silvio Caccia Bava, diretor da ABONG, em janeiro de 2000. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/textos/victoria.htm>. Acesso em 03/05/2014.

EBERT, Maristela Rempel. A sociedade e a democracia na pós-modernidade. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 87, ago. 2008. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/087/87ebert.htm>. Acesso em 03/05/2014.

FERNANDES, Cleudemar Fernandes. *Análise do discurso – reflexões introdutórias*. São Carlos: Editora Claraluz, 2008. 110 p.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. *Cultura Vozes*, Petrópolis, v. 94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

_____. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25ª ed. São Paulo: Graal, 2012.

FROTA, Ana Maria Monte Coelho. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. In. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, v. 7, n. 1. p. 147-160, abr. 2007.

GROPPO, Luís Antônio. “A Juventude como Categoria Social”. *Juventude: Ensaios sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000, p. 7-27.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOFLING, Eloísa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, ano XXI, nº, 55, nov. 2001.

LEVI, Giovanni e SCHIMITT, Jean-Claude. *História dos Jovens – a época contemporânea*, vol. 2. Tradução de Paulo Neves, Nilson Moulin e Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. 15ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

MATOS, Olgária Chain Ferres. *Paris 1968: As barricadas do desejo*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1989.

NOVAES, Regina Célia Reyes et al. (Orgs.) *Política Nacional e Juventude: diretrizes e perspectivas*. São Paulo, Conselho Nacional de Juventude: Fundação Friedrich Ebert, 2006.

PAIS, José Machado. “Buscas de si: expressividades e identidades juvenis”. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de. e EUGENIO, Fernanda (orgs.) *Culturas Jovens – novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2006, p. 7-21.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. Disponível em: <http://www.campinagrande.pb.gov.br/novo/campina-grande/>. Acesso em 15/08/2012.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: _____. *Por uma história política*. 2ª ed. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

ROCHA, Heber Silveira. *Juventude e políticas públicas: formação de agenda, elaboração de alternativas e embates no Governo Lula*. 166 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo). Fundação Getúlio Vargas, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *A construção multicultural da igualdade e da diferença*. Coimbra, Portugal: Centro de Estudos Sociais, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras – ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014.

VEIGA-NETO, Alfredo. Michel Foucault e educação: há algo de novo sob o sol? In. *Crítica pós-estruturalista e educação*. VEIGA-NETO, Alfredo et al (Org.). Porto Alegre: Sulina, 1995, p. 09-56.

WELLER, Wivian. Karl Mannheim: um pioneiro da Sociologia da Juventude. In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife (PE), 2007.